

Brasília-DF, 05 de junho de 2025

Efeitos da “pejotização” no mercado de trabalho brasileiro

Nota Técnica alerta para riscos da decisão do STF sobre pejotização e seus impactos na Justiça do Trabalho, arrecadação e direitos sociais



Lideranças da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) e da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), divulgaram no início de maio Nota Técnica em que são analisados os impactos da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a pejotização, julgada no Tema 1389, sob o rito dos Recursos Extraordinários com Repercussão Geral.

O assunto, de extrema relevância para o direito laboral, trata da legalidade do uso de Pessoa Jurídica (PJ) para contratação de trabalhadores que exercem atividades típicas de empregado.

Contexto da decisão do STF

O STF, ao analisar o Tema 1389, decidiu pela validade da pejotização em situações em que não há fraude ou desvio de finalidade, ou seja, quando a contratação como PJ reflete uma real autonomia do trabalhador. No entanto, a Corte reforçou que, quando configurada a relação de emprego disfarçada (art. 9º da CLT), deve ser reconhecido o vínculo trabalhista, com todos os direitos decorrentes.

A Nota Técnica entregue para autoridades dos três Poderes aponta os graves impactos da “pejotização” na arrecadação tributária, na previdência social e nos direitos dos trabalhadores e conclui, entre outros pontos, que a decisão do STF compromete o direito de acesso à Justiça do Trabalho; gera prejuízos às camadas mais vulneráveis da sociedade e coloca em risco o sistema de seguridade social por ausência de contribuintes.

A Anamatra, a ANPT e a Abrat lideram a Mobilização Nacional em Defesa da Competência da Justiça do Trabalho, com o objetivo de destacar a importância da

preservação das atribuições desse ramo do Judiciário, especialmente após a ampliação de sua competência com a Emenda Constitucional 45/2014.

A mobilização ocorre em resposta à decisão do ministro Gilmar Mendes, STF, que suspendeu processos trabalhistas relacionados ao Tema 1389, que trata da “pejotização” e possui repercussão geral. A medida preocupa entidades e juristas, que defendem a autonomia e a especialização da Justiça do Trabalho para julgar validade e a legalidade dos contratos de trabalho, visando garantir a proteção dos trabalhadores e a segurança do sistema previdenciário.

A campanha busca alertar sobre os riscos de retrocesso e reforçar o papel essencial da Justiça do Trabalho na garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores.

A discussão segue aberta, e a aplicação da decisão do STF dependerá de análises criteriosas, para evitar que a flexibilização das relações de trabalho resulte em precarização.

Fonte: Diap

Dieese: OIT reconhece desafios no trabalho por apps, mas não deve chegar a resolução efetiva

Conferência até 13 de junho reúne representantes de 187 países para discutir temas urgentes do mundo do trabalho



Divulgação/OIT

A 113ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que começou nesta segunda-feira (2) em Genebra, na Suíça, discute pela primeira vez a regulamentação do trabalho em plataformas digitais. O tema é uma das prioridades do encontro deste ano, que reúne representantes de governos, empregadores e trabalhadores de 187 países.

“É possível que não saia desta reunião uma resolução

**Brasília-DF, 05 de junho de 2025**

ou uma convenção” relativa à questão, avalia Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em entrevista ao Conexão BdF, da Rádio Brasil de Fato. “Mas a OIT tem identificado problemas como instabilidade de renda, trabalho precário e falta de proteção social”, afirma.

A partir de debates tripartites, que envolvem governos, empregadores e trabalhadores, é possível avançar na elaboração de convenções, que têm força de lei nos países signatários, ou recomendações, que são diretrizes mais gerais. De acordo com a diretora, ambas “são instrumentos muito relevantes para poder garantir uma base mínima de direitos trabalhistas ao redor do mundo”.

Segundo Marcolino, a organização reconhece que trabalhadores de aplicativos enfrentam a ausência de direitos básicos, como previdência e estabilidade mínima de renda, além da falta de transparência sobre como os algoritmos determinam sua remuneração. “As empresas destacam que eles são autônomos, mas as experiências internacionais de regulamentação têm mostrado que há, sim, uma relação de trabalho entre empresa e trabalhador”, indica.

A expectativa é que, mesmo sem uma deliberação formal nesta edição, a discussão abra caminho para avanços em conferências futuras. “A OIT está fazendo a primeira conversa formal em relação a esse tema”, pondera. “Isso [a formalização de uma convenção ou resolução] deve acontecer talvez numa próxima [convenção]”, projeta.

Além da regulamentação do trabalho em plataformas digitais, estão entre os temas prioritários da edição deste ano a proteção contra riscos biológicos no trabalho e a transição da informalidade para a formalidade. A conferência pode ainda ser espaço para denúncias formais sobre violações de normas. Marcolino cita como exemplo a queixa apresentada por trabalhadores brasileiros após a reforma trabalhista de 2017, que não seguiu os trâmites de negociação previstos pelas convenções da OIT.

A conferência segue até o dia 13 de junho. O evento reúne representantes de governos, empregadores e trabalhadores de 187 países para discutir temas urgentes relacionados ao mundo do trabalho. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, está credenciado para participar do evento.

Inteligência artificial

Outro destaque deste ano é o debate sobre o uso da inteligência artificial (IA). Para Adriana Marcolino, embora a tecnologia possa ser benéfica, seu uso atual tem sido voltado à substituição de mão de obra, o que precariza o trabalho. “Ela promove trabalhos precários

em grande quantidade e, de outro lado, ela elimina trabalhos que são de melhor remuneração, de melhor proteção trabalhista e social.”

A diretora do Dieese defendeu a necessidade urgente de regulamentação. “O movimento sindical, o Dieese e a própria OIT vêm discutindo que precisa ter uma regulamentação de quais são os limites de uso da inteligência artificial, de como a gente vai estabelecer qual é a interação humana que vai ter com essa tecnologia”, diz.

Apesar de haver propostas legislativas em discussão no Brasil sobre IA, Marcolino lamenta a ausência de foco na questão trabalhista. “É um assunto para continuarmos atentos no nosso país, no mundo todo, mas aqui se não temos nos preocupado tanto quanto deveríamos”, critica.

Fonte: Brasil de Fato

Percepção de que economia piorou cai de 56% para 48%, diz pesquisa Quaest

Os que pensam que o país vai piorar foram de 34% para 30%



A pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira, 4, aponta que a percepção de que a economia brasileira piorou nos últimos 12 meses recuou de 56% para 48%. Enquanto isso, 30% (anteriormente 26%) avaliam que está do mesmo jeito e 18% (ante 16%), que melhorou.

Sobre os próximos 12 meses, oscilou de 44% para 45% a quantidade de brasileiros que acreditam que a economia vai melhorar. Os que pensam que vai piorar foram de 34% para 30%, e o índice dos que acham que estará do mesmo jeito oscilou de 19% para 21%.

O levantamento também mostra que o índice de pessoas que acreditam que o preço dos alimentos nos mercados piorou no último mês caiu de 88% para 79%. Já a quantidade de brasileiros que pensa que



Brasília-DF, 05 de junho de 2025

ficou igual foi de 6% para 12% e que caiu foi de 6% para 7%, mantendo-se estável.

Em relação aos preços dos combustíveis, 54% (anteriormente 70%) avaliam que os valores subiram em contraste com os 21% (antes, 16%) que acreditam que permaneceram iguais e os 7% (ante 4%) que dizem que caíram.

Também caíram os índices dos que entendem que os valores das contas de água e luz subiram (65% para 60%) e dos que consideram que a qualidade de vida da família piorou (39% para 35%). Mantiveram-se estáveis os percentuais dos que acreditam que o poder de compra dos brasileiros é menor (81% para 79%) e dos que pensam ser mais difícil conseguir um emprego hoje em dia do que há um ano (53% para 55%).

Foram realizadas 2.004 entrevistas face a face com brasileiros de 16 anos ou mais entre os dias 29 de maio e 1º de junho. A margem de erro é de dois pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Fonte: Estadão Conteúdo

Indústria calçadista criou mais de 10,2 mil novos postos em 2025

Com isso, a indústria de calçados encerrou o período com 292,4 mil empregos diretos gerados em todo o Brasil



Dados elaborados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), com base nos levantamentos do MTE, apontam que, no quadrimestre, o setor calçadista criou 10,22 mil novos postos de trabalho. No recorte de abril, o saldo ficou positivo em 1,06 mil novas vagas. Com isso, a indústria de calçados encerrou o período com 292,4 mil empregos diretos gerados em todo o Brasil, 3,34% mais do que no intervalo correspondente de 2024.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo

Ferreira, destaca que o movimento positivo é reflexo do aumento da produção de calçados, que deve crescer entre 1,4% e 2,2% em 2025, para mais de 940 milhões de pares produzidos. "A indústria calçadista, por ser intensiva em mão de obra, responde muito rapidamente ao aumento da demanda", explica o dirigente.

Estados

O estado que mais emprega na indústria calçadista brasileira segue sendo o Rio Grande do Sul, que absorve 28% da mão de obra do setor. No primeiro quadrimestre do ano, a indústria gaúcha gerou 1,64 mil novos postos, encerrando o período com 82,54 mil pessoas empregadas, 4,2% menos do que no mesmo intervalo de 2024.

Na sequência entre os maiores empregadores aparece o Ceará, com a criação de 311 postos no quadrimestre e estoque de 69,4 mil empregos diretos (7,1% mais do que em 2024); a Bahia, com a criação de 1,88 mil vagas no quadrimestre e estoque de 42,75 mil empregos (4,5% mais do que em 2024); e São Paulo, com a criação de 2,7 mil postos no quadrimestre e estoque de 33,1 mil empregos (1,8% mais do que em 2024).

[Confira a tabela por UF.](#)

Fonte: Abicalçados

Justiça bloqueia R\$ 119 milhões de investigados por fraude contra INSS

Desvios foram apurados pela Operação Sem Desconto, da PF



© Wesley Mcallister/ASCOMAGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou nesta terça-feira (3) que a Justiça Federal em Brasília proferiu novas decisões que determinaram o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens de empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os bloqueios foram determinados pela juíza federal

**Brasília-DF, 05 de junho de 2025**

Luciana Raquel Tolentino de Moura, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, e ocorreram em cinco ações protocoladas pela AGU.

Em cada processo, foram bloqueados R\$ 23,8 milhões em bens móveis, imóveis e ativos financeiros de oito empresas e nove pessoas físicas. Os sigilos bancário e fiscal também foram quebrados por determinação judicial.

De acordo com a AGU, há indícios de que as empresas são suspeitas de atuarem como firmas de fechada para praticar os desvios ilegais contra os aposentados. Em troca de autorização para a realização dos descontos, as empresas pagaram propina para agentes públicos.

No mês passado, a AGU pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões contra 12 entidades associativas e 60 dirigentes. Por determinação da juíza, o caso foi fatiado em 15 ações para facilitar a análise dos pedidos.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que investiga um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados.

Fonte: Agência Brasil

"Se a extrema direita conquistar o Senado, pode ser um desastre para a democracia", alerta Humberto Costa

Presidente interino do PT defende prioridade na disputa pelo Senado em 2026 e prevê riscos institucionais caso oposição alcance maioria

Waldemir Barreto / Agência Senado



O senador Humberto Costa (PT-PE), atual presidente interino do Partido dos Trabalhadores, manifestou preocupação com o cenário que se desenha para as eleições de 2026, quando estarão em disputa 54 das 81 cadeiras do Senado. Segundo o parlamentar, há uma "possibilidade concreta" de que a oposição, liderada pela extrema-direita, conquiste a maioria na Casa — algo que, segundo ele, representaria uma ameaça direta ao equilíbrio democrático do país.

"Não creio que será fácil. Mas, se a extrema direita conquistar a maioria absoluta do Senado, pode ser um desastre para a nossa democracia. Poderá ter início a abertura de processos contra ministros do STF, rejeição de nomes para o Banco Central, agências reguladoras, corpo diplomático... pode se instalar um verdadeiro pandemônio", alertou Costa, de acordo com a coluna do jornalista Paulo Cappelli, do Metrôpoles.

O senador confirmou que tentará renovar seu mandato e afirmou que a disputa pelo Senado será a prioridade da legenda em 2026. Segundo ele, o objetivo é construir uma base sólida de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), caso este seja reeleito.

"No Senado, a estratégia principal será constituir uma base sólida para o governo Lula, para que não tenhamos que enfrentar as mesmas dificuldades que estamos enfrentando agora", declarou.

Humberto Costa também destacou a importância de ampliar a representação do partido na Câmara dos Deputados. Para isso, afirmou que o partido vai investir em candidaturas viáveis e em nomes com forte apelo eleitoral. "É possível fazê-lo com uma eleição bem planejada. Bons quadros e puxadores de votos podem melhorar a nossa situação na Câmara", completou.

Fonte: Brasil247

